

**Centro de Estudos do Pragmatismo – Programa de Estudos Pós-Graduados em
Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
[Número 1 - 2004]**

Sobre a Percepção
Mônica Bernardo Schettini Marques
PUC
monicas@estadao.com.br

RESUMO: Este estudo discute aspectos da teoria da percepção desenvolvida por Charles Sanders Peirce, exemplificados através de situações literárias, extraídas das narrativas policiais de Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) e de casos do jornalismo investigativo. Ao longo da comunicação, as formulações teóricas de Peirce sobre a percepção são comparadas a estudos mais recentes, que parecem sustentá-las, num primeiro exame. Para Peirce, o processo perceptivo é marcadamente interpretativo e sujeito a falhas. Um processo em que muitas vezes guiamo-nos por expectativas, por um repertório, que nos impede de apreender o real como ele realmente se apresenta. De acordo com o autor, podemos deixar de perceber aquilo que ocorre com acentuada regularidade, que tem caráter habitual. O homem está tão saturado com certas coisas, que deixa de lhes dar a devida atenção. Esse tipo de situação, em que a própria regularidade do fato o torna invisível a um olhar menos atento, pode ser encontrada com frequência na obra de G. K. Chesterton, particularmente, em duas de suas narrativas - “The Invisible Man” (O Homem Invisível) (1911) e “The Queer Feet” (Os Pés Estranhos) (1911) analisados na presente comunicação. Nas narrativas mencionadas, os personagens deixam de perceber indivíduos fundamentais para a elucidação dos enigmas, justamente em função da regularidade de suas aparições.

PALAVRAS-CHAVE: percepção; hábito, Chesterton; Peirce; literatura.

About the Perception

ABSTRACT: *In this study we discuss some aspects of the perception theory developed by Charles Sanders Peirce, which are exemplified through situations extracted from Chesterton's novels and from the investigative journalism. During this report, the theoretical formulations by Peirce about perception are compared to more recent studies that seem to support them, at a preliminary overview. According to Peirce, the perceptive process is interpretative and fallible. A process in which we let us to be guided by expectations that don't allow us to perceive the reality as it really is. According the author, we can not realize things that occur in a strong regularity. This kind of situation in which the regularity of the fact makes it invisible, can be found frequently in the work of G. K. Chesterton, particularly in two narratives - The Invisible Man (1911) and The Queer Feet (1911), that are analyzed in this communication. In those narratives, the characters are not able to perceive persons that are fundamental to the elucidation of the enigmas, because they appear with strong regularity.*

KEY WORDS: *perception; habit; Chesterton; Peirce; literature.*

Gilbert Keith Chesterton nasceu em Londres, no ano de 1874, e além de escritor foi também um crítico bastante respeitado. É do senso comum a noção de que o crítico é aquele que não consegue produzir suas próprias obras. O senso comum, fatalmente, desconhece Chesterton, como desconhece Allan Poe, Borges e tantos outros escritores e críticos.

Conhecer Chesterton é também conhecer padre Brown, seu célebre personagem-detetive, protagonista de dezenas de narrativas policiais perpetradas pelo autor. É adentrar nos processos de aquisição de conhecimento do clérigo, e é também se embrenhar em narrativas que revelam cognições irremediavelmente perdidas em função de falhas no processo perceptivo de certos personagens.

É sobre estas falhas e não sobre os brilhantes processos de descoberta de padre Brown que nos deteremos nesta comunicação, na qual analisaremos duas narrativas de Chesterton nas quais este tema é bastante saliente - “The Invisible Man” (1911) e “The Queer Feet”(1911) . Nesta análise estaremos dialogando com algumas das formulações teóricas adotadas por Charles Sanders Peirce acerca da percepção¹.

Percepções obliteradas estão presentes também em um outro escritor intimamente relacionado com Chesterton –o argentino Jorge Luís Borges. Se em Borges, como em Chesterton, deparamo-nos um tema similar e se o primeiro é um leitor atento do segundo, como bem se sabe, podemos conjecturar a presença de marcas borgeanas em Chesterton. Cientes, contudo, de que estamos no campo da conjectura, pois, como também é sabido, estamos diante daquele que se deleitava com uma “biblioteca infinita”, ou seja, ao abordar um tema que é comum ao escritor inglês, Borges poderia muito bem estar fazendo referência a uma série de outros autores anteriores ou posteriores a Chesterton.

Antes de partirmos para a análise da literatura de Chesterton, seguida de uma breve comparação com Borges, parece-nos adequado introduzir, parte do pensamento peirceano relacionado à percepção, capaz de lançar uma nova luz sobre situações da obra ficcional do escritor inglês.

Em 1903, nas suas conferências sobre o Pragmatismo, Peirce discutia as relações entre a abdução e a percepção. De sua argumentação depreende-se tanto uma falta de discriminação inicial entre a percepção e a abdução, quanto uma continuidade, partindo da percepção para a abdução, de modo que, se inicialmente percepção e abdução se confundem, no curso da investigação a abdução adota aquilo que foi dado

¹ Evidentemente não estaremos aqui estabelecendo uma relação ponto a ponto entre as falhas da percepção que se dão no mundo real e aquelas da ficção. Como observa Ibrí (1992: 25-26), a concepção peirceana de realidade é permeada pelo elemento de alteridade. Assim, enquanto que os objetos reais são *alter* para um indivíduo, independentes daquilo que, por ventura, pensamos sobre eles, os objetos que a ficção constrói não têm relação de dependência com o real, nem estão sujeitos as leis que o regulam. Parece-nos, não obstante, que o humano, sua imaginação, seu inconsciente, como sua experiência da realidade podem ser magnificamente “pensados” nas criações literárias, embora esta não seja uma regra geral, ou seja, podemos nos ver diante de criações artísticas desconectadas desta mesma realidade que, outras vezes, é objeto de reflexão.

pela percepção, diferenciando-se desta à medida que o processo não está mais “fora de análise”. É neste ponto que reside a linha de demarcação entre juízos perceptivos² e inferências abduativas propriamente ditas. Enquanto que a conclusão abduativa é tomada pelo raciocinador como uma proposição hipotética, que deve ser submetida a testes, quando alguém chega a um juízo perceptivo, não dúvida daquilo, mesmo que tal juízo seja falível.

O caráter interpretativo destes juízos é salientado pelo autor nesta outra passagem:

Se o percepto³ ou o juízo perceptivo fosse de natureza absolutamente sem ligação com a abdução, poder-se ia esperar que não possuísse nenhuma das características próprias às interpretações. Mas suponha-se que constitui uma série contínua de atos que, discretos e conscientes, seriam considerados abduções, nesse caso é quase certeza que o percepto é uma interpretação. Temos aqui um teste da terceira proposição cotária. Qual a realidade? A realidade mostra que não é preciso ir além das observações do dia a dia para encontrar exemplos nos quais a percepção é interpretativa (Peirce 1999:227).

O que Peirce parece estar querendo dizer aí é que o juízo perceptivo, à medida que têm caráter hipotético é necessariamente interpretativo (pode uma hipótese não ser uma interpretação?). Deste modo, tal juízo já contém o elemento hipotético e interpretativo característico do processo abduativo, embora o raciocinador ainda não o tome enquanto uma hipótese, que deve ser submetida a testes.

Talvez seja adequado aqui, apresentarmos uma breve síntese sobre aquilo que Peirce entende por abdução. De acordo com o autor, a abdução nada mais é do que um processo para a elaboração de hipóteses explicativas diante de um fato surpreendente, sendo a única operação lógica capaz de trazer alguma idéia nova. Na formulação da

² Santaella explica que os julgamentos de percepção são inferências lógicas, elementos generalizantes, do tipo “A cadeira é amarela” (Santaella: 1993: 65). Peirce enfatiza que tais julgamentos são resultados de um processo não controlável e por isso não totalmente consciente (Peirce 1999: 226). Ainda de acordo com Santaella, a percepção é determinada pelo percepto, mas o percepto só pode ser conhecido através da mediação do signo, que é o julgamento da percepção. Para que esse conhecimento se dê, o percepto deve de algum modo estar representado no signo. Aquilo que representa o percepto dentro do julgamento perceptivo é o percipuum, meio de ligação entre o que está fora e o juízo perceptivo que já é uma ligação mental (1993: 65).

³ Tudo leva a crer que nesta passagem, quando Peirce refere-se a percepto, está na verdade falando em juízos perceptivos.

inferência abdutiva entram em ação, a percepção de que se tem consciência, elementos inconscientes do processo perceptivo, como observa Peirce: “frequentemente derivamos da observação fortes sugestões da verdade, sem que sejamos capazes de especificar quais circunstâncias por nós observadas nos levaram a tais sugestões” (CP 7.46), além do background do indivíduo. A hipótese se formará através de associações conscientes e inconscientes entre estes elementos. É uma interpretação, como é a própria percepção do fato, já que ao perceber, como esclarece o autor, estamos fazendo abduções, estamos, portanto, tentando explicar o mundo exterior, interpretando-o.

Ao reforçar o caráter interpretativo da percepção, Peirce parece deixar clara a dependência da percepção em relação ao background do indivíduo, como afirma: “percebemos aquilo que estamos preparados para interpretar (...) enquanto isso deixamos de perceber aquilo para o qual não estamos preparados”(Peirce 1999:227). Afirmar que alguém está preparado para interpretar um fato, implica que tal indivíduo possui repertório suficiente para dar conta daquilo. Tal repertório pode ser constituído por conhecimentos específicos, científicos, mas evidentemente não pode lhe faltar saberes acerca do cotidiano, além de normas e valores sociais. Assim, embora não tenhamos encontrado menções nos escritos peirceanos aos fatores sociais relacionados à percepção, a influência do contexto social no processo perceptivo, não nos parece uma idéia incoerente com suas formulações.

Quando líamos aquilo que já havíamos escrito acerca da proximidade entre a abdução e a percepção, sentimo-nos como se estivéssemos diante de um paradoxo indissolúvel. Se, por um lado, um juízo perceptivo já é uma quase abdução, apresentando o elemento interpretativo característico do processo abduutivo, por outro lado, o modelo da inferência abdutiva diz claramente que a formulação de uma hipótese explicativa depende da observação de um fato surpreendente C. Ou seja, de um lado parece que toda percepção é acompanhada de uma abdução, de outro lado, a hipótese abdutiva só emerge quando entramos em contato com algo que nos surpreende, algo que contrarie nossas expectativas. Um fenômeno que por sua estranheza e singularidade exija uma revisão dos nossos hábitos e crenças.

Procuramos entender a situação da seguinte forma⁴: toda percepção tem o elemento interpretativo próprio do processo abduutivo que está por se iniciar, mas quando deparamo-nos com um fato corriqueiro, tal fato vai ser interpretado dentro de

⁴ Está questão foi levantada por nós, quando da apresentação desta comunicação e contamos com o auxílio do professor Lauro Frederico Barbosa (Unesp - Marília) para sua elucidação.

certos hábitos interpretativos, a partir de crenças anteriores à própria percepção do evento. Desta forma, o elemento interpretativo característico do processo abduutivo, que estava por se iniciar, está lá, contudo não é necessária a formulação de uma nova hipótese para dar conta de um certo fenômeno, já que não é contraditório ao background. Diferentemente, quando o fenômeno rompe com nossas expectativas, com nosso mar de convicções, precisamos de uma interpretação que dê conta desta novidade, para tanto, desenvolvemos uma hipótese explicativa.

O juízo perceptivo é interpretativo, mas, como já foi esclarecido, não está sujeito à crítica por parte de quem raciocina. Entretanto, é importante frisar que, no curso de nossa experiência, podemos concluir que ele é falso, quando notamos que o nosso juízo entra em confronto com o julgamento que uma outra pessoa emite sobre um mesmo objeto, ou quando nossas ações baseadas num determinado juízo se mostram equivocadas, como observa Santaella (1993: 84).

Em “O Homem Invisível” e em “Os Pés Estranhos” Chesterton parece nos dar bons exemplos do que seria um julgamento de percepção incorreto. Nestas histórias, o julgamento falho nunca é emitido pelo padre, mas por outras personagens e o que Brown faz é alertá-los quanto a seus equívocos⁵.

Em “O Homem Invisível”, padre Brown é chamado para ajudar um homem, Isidore Smithe, que acabara de receber uma ameaça de morte. Quando o padre chega em socorro, sabe que não há mais nada a fazer. As pessoas, encarregadas de vigiar Smithe, afirmam que ninguém entrara no edifício. Entretanto, o padre constata pegadas recentes na neve, que significariam exatamente o contrário. Para padre Brown, todos viram o assassino, mas ninguém se deu conta — afinal, o carteiro passava por lá todas as tardes. Temos, então, uma situação em que o juízo perceptivo mostra-se equivocado. A razão deste equívoco é apresentada por Brown numa crítica de ordem quase que sociológica, quando afirma: “ninguém presta atenção em carteiros, contudo, eles têm paixões como qualquer outro homem” (Chesterton 1997: 45).

A dimensão da crítica de Chesterton pode ser mais bem apreendida se verificarmos o argumento de mais uma de suas narrativas, “Os Pés Estranhos”, em que

⁵ Não se pode deixar de notar que o ponto de partida da mais conhecida destas histórias, “O Homem Invisível”, é o conto de Edgar Allan Poe “A Carta Roubada”, estruturado em torno de um detetive, Auguste Dupin, capaz perceber uma importante carta que para a polícia permanece invisível, pois esta partia de um repertório que a fazia pressupor que o objeto estaria muito bem escondido, “embaixo de sete chaves”. Mas, ao contrário, a carta estava à vista de qualquer um. A carta invisível poeana ressurgue numa magnífica relação metonímica na narrativa de Chesterton “O Homem Invisível” por meio de um carteiro que não é percebido por ninguém.

nos vemos diante de uma situação bastante similar (Chesteron, 44— 61)⁶. Num jantar, o criminoso revezava-se em dois grupos — o de garçons e o de convidados — sem que a estranheza de sua presença fosse notada, pois ele não era nem um dos convidados do jantar, nem um dos garçons. Ele simplesmente procurou portar-se como um garçom (na sala aonde era servido o jantar), ou como um aristocrata (nos ambientes aos quais apenas os serviçais tinham acesso) — passando completamente despercebido. Mesmo quando os garçons o viam comportando-se como um dos convidados, não percebiam que era o mesmo homem que alguns minutos atrás servia as mesas junto com eles. Os convidados, por sua vez, não davam a mínima atenção àquele que para eles era apenas mais um serviçal, embora tal indivíduo estivesse a roubar seus valiosos pertences.

Ninguém olha para um carteiro, disse o padre, ninguém olha para o garçom, poderíamos acrescentar, eles nada mais são do que engrenagens da vida metropolitana. Estes dois contos têm, evidentemente, o mesmo mote do conto de Poe, mas vão além. O juízo perceptivo da maioria dos personagens falha porque o homem da metrópole olha obliquamente para as outras pessoas, ainda mais quando elas são meros funcionários, “padronizados” de acordo com suas funções. E quanto ao aristocrata? Ninguém olharia para ele? Talvez no contexto de um jantar de gala pudéssemos pensar numa padronização total no comportamento e nas vestimentas dos convidados a ponto de torná-los indistinguíveis⁷.

O ponto de vista peirceano de uma percepção interpretativa e relacionada ao background parece dar conta dos comprometidos mecanismos de percepção relatados nestes contos, ainda mais, se, como conjecturamos, levarmos em consideração os valores sociais vinculados a este background, perspectiva defendida, entre outros autores, por G Allport, como atesta Penna (1997:44):

Experimentos com resultados altamente comprovadores das influências culturais são em extremo numerosos e uma derradeira indicação deve ser feita com o fim de destacar o papel dos estereótipos e preconceitos que circulam no interior dos grupos sociais. Provavelmente nesta área o melhor trabalho pertence

⁶ “Os Pés Estranhos” encontra-se na coletânea de Chesteron, *A Inocência do Padre Brown*, publicada inicialmente em 1911. A editora portuguesa Europa-América, com a qual estamos trabalhando, não coloca a data da publicação.

⁷ É de extrema importância o estudo do semiótico russo Boris Uspênski (1980), “A semiótica em Chesteron”, para o entendimento das situações em que a percepção do signo é problematizada na obra do escritor inglês.

a G. Allport. A ele devemos magnífica análise das distorções produzidas por rótulos e etiquetas dotados de elevado índice de impregnação social.

Mas as formulações de Peirce sobre a percepção nos apontam mais um elemento que nos ajuda a entender por que o carteiro não é percebido pelos habitantes da metrópole, como explica o autor:

Para mim é surpreendente que o relógio de meu gabinete soe a cada meia hora de modo mais audível possível e mesmo assim eu nunca o ouço. Eu não saberia dizer se o mecanismo que o faz soar está funcionando ou não, a menos que esteja desarranjado e soe fora de hora (Peirce 1999: 228).

Estudos clássicos sobre o chamado orienting reflex levados a cabo por Sukolov nos anos 60, seguindo as formulações iniciadas por Pavlov, chegam a formulações semelhantes aquela de Peirce sobre a audição do soar do relógio. Como observa Sukolov (1969:673):

O traço característico do reflexo orientado é que depois de diversas aplicações de um mesmo estímulo (geralmente de cinco a quinze) a resposta desaparece, se extingue. Contudo, a mais ligeira modificação no estímulo é suficiente para despertar uma resposta⁸.

Peirce e Sukolov parecem concordar que aquilo que se torna por demais habitual deixa de ser percebido. Chesterton em sua literatura nos apresenta a esta característica da percepção, por meio de um carteiro que permanece invisível não apenas pelo desprezo que o homem da metrópole tem para com certos funcionários, mas também porque o carteiro é absolutamente habitual na vida da cidade. Como também são habituais um garçom ou um aristocrata num jantar de gala. Já padre Brown, contrariamente às personagens de suas estórias, está absolutamente atento para as regularidades que marcam a vida cotidiana.

As formulações de Peirce e Sukolov não nos parecem contraditórias, ao menos num exame preliminar, com estudos recentes sobre consciência e percepção. Em artigo

⁸ Consulta sobre Sokolov feita no site do Instituto de Psicologia da Universidade de Toronto: www.psych.utoronto.ca.

de 1992, reeditado no ano corrente pela *Scientific American*, Christof Koch e Francis Crick (2004:19), este último co-descobridor, junto com James Watson, da dupla estrutura helicoidal do DNA, observam que pessoas sem problemas de visão podem reagir a sinais visuais atrelados a ações automáticas como nadar ou dirigir, ações estereotipadas, embora, muitas vezes, apresentem pouca ou nenhuma consciência visual dos referidos sinais.

O juízo perceptivo, dentro da perspectiva peirceana é uma inferência em que acreditamos, é algo que temos consciência, embora resulte de um processo não totalmente consciente e não controlável, como observa o autor (Peirce 1999:226). Quando os personagens de Chesterton emitem juízos perceptivos, ou realizam inferências fundamentadas nestes juízos, e se equivocam em relação à configuração do mundo visual, os problemas parecem não advir de alguma incapacidade de processamento dos sinais visuais. O que parece ocorrer é uma interpretação não pertinente destes sinais, de modo que o juízo perceptivo mostra-se equivocado.

Um carteiro não é semelhante a um sinal vermelho, evidentemente. Mas estamos no território da ficção. Talvez., a partir do exagero de uma situação que ocorre com outros contornos no mundo real, Chesterton nos faça pensar sobre a nossa desatenção em relação àquilo que faz parte das engrenagens da vida metropolitana, que é habitual. E que por isso mesmo, deixa de ser percebido conscientemente. Como também observam Crick e Kock, retomando estudos anteriores de Willian James e Jakendoff - a consciência plena exige atenção. Um olhar desatento resultaria então numa consciência visual que está longe de ser plena.

Alguns dos disfarces utilizados pelo jornalista investigativo Caco Barcelos em suas investigações (Barcelos 1994: 23-24) - o bêbado e o entregador de flores, que de tão corriqueiros nas ruas e avenidas paulistanas, permitem que o jornalista se infiltre nos mais variados cenários sem despertar a mínima atenção, levam-nos a perceber uma nítida semelhança entre método de Brown e aquele praticado por Barcelos. Ambos estão atentos para as regularidades da vida cotidiana, mas enquanto Barcelos faz uso desta regularidade empregando o disfarce, o habitual, Brown é capaz de enxergar por trás dos indivíduos que aparecem rotineiramente na cena metropolitana, a máscara docriminoso. Não se pode deixar de atentar, contudo, para o fato de que o próprio padre, talvez seja um pouco como o Barcelos-mendicante - a figura do clérigo não deixa de ser tão regular quanto o alcoólatra – mendigo. O hábito que veste também pode se configurar como um disfarce para Brown.

Nossa hipótese basilar para a análise dos contos de Chesterton repousa, como já procuramos demonstrar, nas falhas perceptivas, mais especificamente, em falhas no juízo perceptivo. Não obstante, sem queremos, depois desta longa exposição, desconstruir tudo o que aqui foi exposto, gostaríamos de fazer o ouvinte atentar para um outro aspecto de “O Homem Invisível” que talvez nos leve para uma outra conjectura em relação à obra – os quatro personagens incumbidos de vigiar a residência de Isidore Smithe realmente viram o carteiro, o processo perceptivo dos sentinelas não falhou, o equívoco dos sentinelas repousaria, numa outra arena, no uso inapropriado da linguagem. Como explica padre Brown acerca dos deslizes cometidos pelos vigias:

Toda língua é usada deste modo; nunca temos uma pergunta respondida literalmente, mesmo quando a pergunta é verdadeira. Quando aqueles quatro homens bem honestos disseram que nenhum homem tinha entrado nas Mansions, eles não quiseram dizer que nenhum homem havia entrado lá. Queriam dizer de quem eles pudessem suspeitar que fosse o seu homem. Um homem, de fato entrou na casa e saiu dela, mas eles nunca o notaram (Chesterton 1997: 43).

No início desta explicação padre Brown nos diz que as sentinelas realmente viram o carteiro, mas por considerá-lo um sujeito sem importância, responderam que absolutamente ninguém havia entrado lá. Teríamos então um uso impreciso da linguagem, conectado a própria falta de importância dada ao carteiro.

Contudo, no final da explicação, ao dizer que um homem realmente entrou na casa e que ninguém o notou, o padre parece apontar para nossa hipótese inicial, a própria percepção daqueles indivíduos foi prejudicada em função de determinados pressupostos.

Wittgenstein (*apud* Colapietro 2003:5), em suas Investigações Filosóficas observa que quando os filósofos empregam uma determinada palavra, como conhecimento, objeto, entre outras e tentam agarrar a essência daquele termo, é preciso pensar se aquela palavra é realmente usada no sentido que lhe dão os filósofos, no jogo da linguagem, seu lar original.

Comparando a formulação de Wittgenstein com algumas considerações peirceanas, Colapietro (2003: 5) observa que as tentativas de Peirce de definir o signo parecem ilustrações daquilo que Wittgenstein identifica como esforços mal

direcionados que visam captar a essência de alguma coisa, referindo-se, entre outras, à passagem em que Peirce (CP 8.332) afirma que não está interessado no modo como a palavra signo é empregada ordinariamente, almejando uma definição de signo similar àquela que um zoólogo daria para um peixe.

Em outras passagens de sua obra, contudo, como observa Colapietro, Peirce enfatiza que não se deve partir de idéias puras, pensamentos que vagam pelas ruas, sem morada humana – mas sim do homem e de suas conversações (CP 8.112). Por fim, Colapietro recupera dos Manuscritos, um trecho no qual Peirce atenta para a necessidade da filosofia se pautar nas palavras populares em seus sentidos populares, de tomar o uso coloquial da linguagem como objeto de estudo (MS279).

Como Peirce, ou Wittgenstein, Chesterton, através de seu padre Brown demonstra muita atenção em relação ao uso corriqueiro da linguagem e percebe o quão impreciso pode ser este uso.

Em nossa perspectiva, seria ingênuo sustentar que o segredo para a interpretação do conto repousa ou na falha perceptiva, ou no uso impreciso da linguagem. Mais pertinente parece-nos pensar que Chesterton nos deixa pistas capazes de nos lançar sobre ambas as hipóteses (provavelmente sobre muitas outras hipóteses, se fossemos capazes de detectar todos os indícios deixados pelo autor conscientemente ou não e que acabam por dar à obra artística uma abertura interpretativa sem par).

Como observamos no início dessa comunicação pelo menos em um de seus contos, “La Rosa Amarilla”, Borges toca, de forma breve, mas intensa, numa situação que, em nossa perspectiva, é recorrente em Chesterton – o caráter interpretativo do processo perceptivo, sua falibilidade, além do condicionamento da percepção em relação ao contexto.

Giambattista Marino, a quem muitos proclamavam um novo Homero ou um novo Dante, estava em seu leito de morte a declamar uma poesia sobre flores, quando enfim viu a rosa amarela que uma mulher acabara de por num copo.

É num contexto particular, na véspera de sua morte que Marino alcança uma percepção tal do objeto, uma percepção que possivelmente não se deixa tomar pelas malhas interpretativas, pelos pressupostos, pelas experiências passadas. Uma percepção que o poeta nunca tivera antes. É apenas numa situação muito particular, que então, ele se abre para o objeto, e é capaz de admirá-lo, naquilo que o objeto tem de admirável.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Caco (1994). Repórter: Profissão Perigo. Em *Jornalismo Eletrônico Ao Vivo*, Sheila Kaplan e Sidney Rezende. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 17-31.
- BORGES, Jorge Luís. “La Rosa Amarilla”. www.alephermes.org/rosaborges.
- COLAPIETRO, Vicent (2003). “Significação e Interpretação”. Em *Cadernos da 6 Jornada do CEPE. CÓS-PUC. São Paulo*.5-20.
- CHESTERTON, Gilbert, Keith (1997). *O homem invisível e outras histórias do Padre Brown*, Lucia Santaella (trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- ____ (1911-). *A Inocência do Padre Brown*, Vera Azancot (trad.). Lisboa: Edições Europa-América.
- CRICK, Francis e KOCH, Christof (2004).”O Papel da Consciência”. Em *Scientific Ameican – Brasil*. São Paulo:Dueto Editorial.
- IBRI, Ivo (1992).*Kósmos Noetós*. São Paulo:Perspectiva.
- PENNA, Antônio (1997). *Percepção e Realidade*. Rio de Janeiro:Imago.
- PEIRCE, Charles Sanders (1931-58). *Collected papers of Charles Sanders Peirce. Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks* (eds.), 8 vols. Cambridge: Harvard University Press. [Citado como CP, seguido pelo número do volume e do parágrafo].
- ____ (1999). *Semiótica*, Teixeira Coelho Neto (trad.). São Paulo: Perspectiva.
- SANTAELLA, Lucia (1993). *Teoria da Percepção*. São Paulo: Experimento.
- SOKOLOV, Eugene (1069). The modeling properties of the nervous system. *A handbook of contemporary soviet psychology*. M. Cole e I Maltzman (eds.). New York:Basic Books.
- USPÊNSKI, B. A. (1980). A Semiótica em Chesterton. Em *Semiótica Russa*, Bóris Schnaiderman (org.), Aurora Bernardini (trad.). São Paulo: Perspectiva, 159-162.